

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010033-15.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Sérgio Mion**
Requerido: **TELEFONICA BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que reside em zona rural e que possuía uma linha telefônica de tecnologia WLL.

Alegou ainda que sem sua autorização a ré desativou a linha, sob o argumento de que faria a alteração da tecnologia para outra (FWT) mais moderna, mas desde então ficou sem acesso aos serviços de telefonia.

A preliminar arguida em contestação não merece acolhimento porque a solução da questão posta a debate prescinde da realização de perícia, como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a ré em contestação reconheceu a modificação de tecnologia aludida pelo autor, mas ressaltou que a linha em apreço estaria funcionando regularmente.

Destacou, outrossim, que a utilização do novo sistema dependeria de um telefone especial, o qual o autor "*certamente recebeu ... em comodato*" (fl. 22, antepenúltimo parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

Instalada a controvérsia, foi determinada a expedição de mandado de constatação para verificação da situação da linha telefônica do autor, consignando a certidão de fl. 90 que a mesma não está em operação regular.

Destacou-se inclusive que ocorreu a troca do aparelho usado pelo autor, mas mesmo assim a linha continuou sem funcionar de maneira perfeita.

No mesmo diapasão foi a certidão de fl. 94.

A ré não se manifestou sobre essas diligências.

O quadro delineado torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

De um lado, a obrigação da ré em prestar os serviços contratados pelo autor é indubitosa, ao passo que de outro restou positivado por elementos consistentes – e sequer impugnados – que isso não está acontecendo.

Sua condenação ao cumprimento da obrigação de fazer postulada pelo autor é em consequência de rigor.

Por fim, assinalo que ficou evidenciado o descumprimento pela ré da determinação que lhe foi imposta na decisão de fls. 06/07, item 1.

Ela foi regularmente intimada a restabelecer os serviços da linha do autor em 03 de outubro de 2014 (fl. 09), o que não sucedeu como demonstram as certidões de fls. 90 e 94, de sorte que haverá de responder pela multa daí decorrente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a (1) no prazo máximo de cinco dias restabelecer ao autor a linha telefônica nº (16) 3367-7100, colocando-a em regular funcionamento, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como (2) pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida (item 2) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer (item 1), e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das
Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**